

Monte Rodovias S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022	17

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Monte Rodovias S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Monte Rodovias S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Valores correspondentes a períodos comparativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2, a Companhia adquiriu suas controladas indiretas: CBN em 28 de abril de 2021, CRA e CRC em 30 de abril de 2021. Desta forma, os saldos apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2021, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Receitas de pedágio (Notas Explicativas nºs 2.20 e 20)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

As receitas de pedágios das controladas da Companhia são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização das rodovias pelos usuários. O processo de reconhecimento dessas receitas é altamente dependente de sistemas de tecnologia da informação, além de considerar outros aspectos complexos que podem afetar seu reconhecimento. Como consequência, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria devido às receitas de pedágios, incluindo as respectivas informações geradas pelo ambiente de tecnologia de informação das controladas da Companhia, terem requerido a realização de procedimentos de auditoria com envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação que, entre outros procedimentos, examinaram o desenho e efetuaram avaliação e testes de integridade no ambiente de tecnologia da informação, objetivando atestar a suficiência e adequação para suportar o processo de captura, processamento, reconhecimento e divulgação das receitas de pedágios.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, identificamos os sistemas relevantes que suportam o processo de reconhecimento de receitas de pedágios, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados com a operação, segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas relevantes voltados ao citado processo. Realizamos também testes de detalhes nas respectivas transações e testes nas reconciliações fornecidas pelas controladas da Companhia e avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as respectivas informações relevantes. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que as de receita de pedágios, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Ativo intangível – reconhecimento do custo e avaliação do valor recuperável (Notas Explicativas nºs 2.14 e 11)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme apresentado na Notas Explicativas nºs 2.14 e 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia reconhece ativo intangível referente aos gastos com recuperações, construções e melhorias realizados nos trechos rodoviários sob concessão decorrentes dos contratos de concessão de duas controladas (cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.359.133 mil). Em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento aos contratos de concessão e não são registrados como ativo imobilizado, tendo em vista que os contratos de concessão não transferem à Companhia e suas controladas o direito de controlarem o uso da infraestrutura de serviços públicos. Adicionalmente, considerando a geração recorrente de prejuízos e conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro, a administração da Companhia realizou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível no referido período.

O reconhecimento desses gastos como ativo intangível impactam na apuração do custo de construção e, conseqüentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa nº 21 e nº 20 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Além disso, tendo em vista que as estimativas e projeções utilizadas na avaliação do valor recuperável estão intrinsecamente sujeitas às incertezas e aos eventos ou fatores além do controle da administração (especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros que podem trazer impactos significativos na perspectiva de realização do ativo intangível), a relevância dos valores envolvidos e do nível de julgamento requerido para a identificação, valorização, registro e estimativa do prazo de amortização, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos testes documentais, em base de amostragem, para avaliação da natureza e valores capitalizados como ativo intangível (bem como testes de recálculo da amortização e avaliação das premissas utilizadas para a determinação dos respectivos prazos de amortização). Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em avaliação econômico-financeira: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo de recuperação econômica e avaliamos se os dados considerados no estudo eram razoáveis e suportados de acordo com as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas em estudos anteriores e o respectivo desempenho em comparação com o resultado efetivamente obtido; e (iii) avaliamos as premissas utilizadas na estruturação dos fluxos de caixa projetados e a razoabilidade da taxa de desconto utilizada no modelo econômico-financeiro preparados pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos do ativo intangível, respectivos valores recuperáveis e respectivas divulgações no período apresentado estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas Explicativas nºs 2.16, 12 e 13)

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos consolidados dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo circulante e não circulante eram de R\$ 38.567 mil e R\$ 618.834 mil, respectivamente, e o saldo de debêntures no valor de R\$ 295.566 mil, reconhecido no passivo não circulante.

Devido ao alto índice de alavancagem financeira e à representatividade dos saldos em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto e necessidade de cumprimento de determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”) por parte da Companhia e de suas controladas que, se não cumpridas, poderiam ocasionar o vencimento antecipado das dívidas, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a discussão com a administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas, testes substantivos na movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos (incluindo adições, amortizações, recálculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação entre passivo circulante e não circulante) nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, confirmação dos saldos junto aos credores dos empréstimos e financiamentos, análise e testes de aderência com relação às cláusulas contratuais e restritivas, bem como análise das respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos de empréstimos e financiamentos, assim como as respectivas classificações e divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Monte Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.827	29	117.252	119.912
Contas a receber	9	-	-	14.610	13.415
Tributos a recuperar		71	-	7.224	878
Despesas antecipadas		170	91	1.155	1.087
Dividendos a receber		-	22.000	-	-
Adiantamentos		-	-	250	388
		<u>15.068</u>	<u>22.120</u>	<u>140.491</u>	<u>135.680</u>
Ativo não circulante					
Fundos restritos	8	-	-	19.811	37.912
Depósitos judiciais		-	-	21.674	27.038
Despesas antecipadas		-	-	15	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	7.815	272
Outros ativos		-	-	26	154
Investimentos	10	592.039	622.249	8.388	7.363
Imobilizado		-	-	4.005	3.995
Intangível	11	-	-	1.359.133	1.376.772
Direito de uso	15	-	-	7.519	5.445
		<u>592.039</u>	<u>622.249</u>	<u>1.428.386</u>	<u>1.458.951</u>
Total do ativo		<u>607.107</u>	<u>644.369</u>	<u>1.568.877</u>	<u>1.594.631</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante					
Fornecedores	12	20	4	25.271	14.269
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	38.567	16.917
Debêntures	14	3.726	-	4.526	3.131
Obrigações sociais e trabalhistas		161	-	7.404	5.760
Obrigações tributárias		14	1	3.614	4.000
Partes relacionadas	26	1.268	-	-	-
Arrendamentos	15	-	-	3.240	1.554
Provisão para conserva especial	17	-	-	4.401	2.833
Outras obrigações	18	-	-	18.015	23.554
		<u>5.189</u>	<u>5</u>	<u>105.038</u>	<u>72.018</u>
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	618.834	657.368
Debêntures	14	76.090	92.439	294.566	281.338
Arrendamentos	15	-	-	4.253	5.603
Provisão para contingências	16	-	-	8.969	4.646
Partes Relacionadas	26	19.444	25	-	-
Provisão para conserva especial	17	-	-	19.336	11.258
Outros passivos		-	-	10.500	10.500
		<u>95.534</u>	<u>92.464</u>	<u>957.458</u>	<u>970.713</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	20	472.264	472.264	472.264	472.264
Reservas de lucros	20	79.636	79.636	79.636	79.636
Prejuízos acumulados	20	(45.516)	-	(45.519)	-
		<u>506.384</u>	<u>551.900</u>	<u>506.381</u>	<u>551.900</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>607.107</u>	<u>644.369</u>	<u>1.568.877</u>	<u>1.594.631</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de serviços	21	-	-	237.637	151.102
Receita de construção	21	-	-	37.849	28.609
		-	-	275.486	179.711
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(152.175)	(61.075)
Custo de construção	22	-	-	(37.472)	(28.324)
		-	-	85.839	90.312
Ganho por compra vantajosa		-	-	-	113.242
Gerais e administrativas	23	(2.003)	(836)	(65.203)	(39.820)
Resultado de equivalência patrimonial		(30.209)	92.895	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	3.101	634
		(32.212)	92.059	23.737	164.368
Receitas financeiras	24	313	3	15.724	4.579
Despesas financeiras	24	(13.617)	(12.294)	(91.808)	(55.964)
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social		(45.516)	79.768	(52.347)	112.983
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	(714)	(1.583)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	7.542	(31.632)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(45.516)	79.768	(45.519)	79.768
(Prejuízo) lucro por ação - em reais	25	(96,38)	247,57	(96,38)	247,57

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(45.516)	79.768	(45.519)	79.768
Total do resultado abrangente do período	(45.516)	79.768	(45.519)	79.768

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reservas de lucros a realizar</u>	<u>Reserva de recompra de ações e de investimentos</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2020	1	-	-	-	(133)	(132)
Aumento de capital em 26 de abril de 2021	100.627	-	-	-	-	100.627
Aumento de capital em 28 de abril de 2021	370.436	-	-	-	-	370.437
Aumento de capital em 28 de abril de 2021	1.200	-	-	-	-	1.200
Lucro líquido do período	-	-	-	-	79.768	79.768
Constituição de reserva legal	-	3.982	-	-	(3.982)	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	18.980	-	(18.980)	-
Destinação das reservas estatutárias	-	-	-	56.674	(56.674)	-
Em 31 de dezembro de 2021	<u>472.264</u>	<u>3.982</u>	<u>18.980</u>	<u>56.674</u>	<u>-</u>	<u>551.900</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(45.519)	(45.519)
Destinação: Absorção de prejuízos com reserva de lucros	-	(3.982)	(18.980)	(22.557)	45.519	
Em 31 de dezembro de 2022	<u>472.264</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.117</u>	<u>-</u>	<u>506.381</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(45.516)	79.768	(52.347)	112.983
Ajustes					
Margem de construção		-	-	(377)	(283)
Depreciação e amortização	11	-	-	83.821	23.626
Juros e variações monetárias, líquidas		7.571	11.835	80.401	47.435
Apropriação do custo de captação		-	-	-	649
Apropriação de receita de juros		-	-	-	(923)
Provisão para contingências	16	-	-	4.324	2.724
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	9	-	-	(120)	37
Provisão para conserva especial	17	-	-	9.646	3.708
Baixa do imobilizado e intangível		-	-	-	(1.150)
Destinação para reservas		-	-	(1.025)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial		30.209	(92.813)	-	-
Juros Capitalizados		-	-	-	(297)
Ganho por compra vantajosa		-	-	-	(113.242)
Resultado ajustado das operações		(7.736)	(1.210)	124.323	75.267
Variação dos ativos e passivos					
Contas a receber	9	-	-	(698)	569
Despesas antecipadas		(79)	(90)	(83)	1.189
Tributos a recuperar		(71)	-	(6.347)	(12)
Depósitos judiciais		-	-	5.364	(1.019)
Adiantamentos		20.687	-	138	-
Outros ativos		-	-	128	392
Fornecedores		16	3	11.002	(19.810)
Obrigações tributárias		13	1	(1.100)	(166)
Obrigações sociais e trabalhistas		161	-	1.644	(621)
Provisão para perdas em investimentos		-	(82)	-	(82)
Partes relacionadas		-	(27)	-	569
Outras obrigações		-	-	(5.540)	14.054
		12.991	(1.405)	128.831	70.330
Juros pagos		(8.990)	-	(71.853)	(40.991)
Caixa líquido das atividades operacionais		4.001	(1.405)	56.978	29.39
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos realizados		-	(81.972)	-	(77.222)
Dividendos recebidos		22.000	-	-	-
Aplicação financeira		-	-	-	3.476
Contas vinculadas		-	-	-	13.360
Adições líquidas ao intangível	11	-	-	(61.711)	(27.694)
Adições líquidas ao imobilizado		-	-	(754)	(1.569)
Caixa líquido das atividades de investimentos		22.000	(81.972)	(62.465)	(89.649)

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa líquido das atividades de investimentos		22.000	(81.972)	(62.465)	(89.649)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Amortização de financiamentos e debêntures	13/14	(11.203)	-	(68.936)	(153.288)
Partes relacionadas		-	-	-	1.000
Aumento de capital		-	2.800	-	2.800
Utilização (adição ao) do fundo restrito		-	-	18.101	(835)
Captação/Baixas de arrendamento	15	-	-	(6.338)	(1.106)
Captação de empréstimos e financiamentos	13/14	-	80.605	60.000	272.634
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(11.203)	83.405	2.827	121.205
Efeito de caixa das empresas adicionadas na consolidação					59.005
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		14.798	28	(2.660)	119.900
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	29	1	119.912	12
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	14.827	29	117.252	119.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Receita de serviços	-	-	260.325	165.586
Receita de construção ICPC 01-R1	-	-	37.849	28.609
	-	-	298.174	194.195
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	(20)	-	(1.607)	(32.864)
Custo de construção ICPC 01-R1	-	-	(37.472)	(28.325)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(587)	(833)	(58.517)	(14.633)
Valor adicionado bruto	(607)	(833)	200.578	118.373
Depreciação e amortização	-	-	(83.066)	(23.623)
Apropriação de seguros	(187)	-	(2.684)	(1.383)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(794)	(833)	114.828	93.367
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	313	-	15.724	4.604
Resultado de Equivalência Patrimonial	(30.209)	92.895	-	-
Outros	-	-	3.101	113.811
Valor adicionado total a distribuir	(30.690)	92.062	133.653	211.782
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	938	-	51.070	23.700
Remuneração direta	880	-	36.124	14.585
Benefícios	58	-	12.854	7.991
FGTS	-	-	2.092	1.124
Impostos, taxas e contribuições	224	-	23.879	57.057
Federais	224	-	10.584	48.236
Estaduais	-	-	29	1
Municipais	-	-	13.266	8.820
Remuneração de capitais de terceiros	13.664	12.294	104.223	55.304
Juros	13.611	12.294	91.664	53.522
Aluguéis	53	-	407	373
Outras	-	-	12.152	1.409
Remuneração de capitais próprios	(45.516)	79.768	(45.519)	79.768
Prejuízo do exercício	(45.516)	79.768	(45.519)	79.768
Valor adicionado distribuído	(30.690)	92.062	133.653	211.782

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Capri Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.236.143.190, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 14 de julho de 2020. Posteriormente, em 21 de setembro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Monte Rodovias Holding e Participações S.A. Em 09 de julho de 2021, a razão social foi alterada para Monte Rodovias S.A. (“Companhia” ou “Monte Rodovias”).

A Monte Rodovias tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

A Monte Rodovias é controlada direta do M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo de Investimento M Rodovias”).

Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Verona Holding Participações Societárias S.A. (“Verona”) de seus próprios acionistas, Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“FIP M Rodovias”) e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda., conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. A Verona tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integralizou ações subscritas pela Verona com investimento detido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”). Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CBN. A aquisição das ações da CBN, pelo Fundo de Investimento M Rodovias, controlador indireto da Companhia, se deu após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com seus antigos acionistas e junto ao Poder Concedente.

A CBN, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRA após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "Suape" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRC após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém até o momento não tem negociação de suas ações no mercado de capital.

1.1. Procedimentos arbitrais envolvendo as controladas

a) CBN

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, aguardando a realização de perícia de engenharia, deferida pelo Tribunal Arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

b) CRA

Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA.

Em 14 de setembro de 2022, CRA e COESA (antiga OAS) peticionaram no Procedimento Arbitral informando a celebração de acordo entre estas e, na sequência, em 18 de outubro de 2022, CRA e CNO apresentaram petição conjunta informando a realização de transação entre as Partes, bem como requerendo a extinção do feito diante dos acordos celebrados, que não representaram ônus financeiro para a CRA. Em 28 de outubro de 2022, o Tribunal Arbitral proferiu sentença homologatória, determinando a extinção do procedimento arbitral.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$).

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e estão sendo divulgadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos sócios da Companhia.

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 22 de março de 2023.

2.2. Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de “Grupo”).

Nas demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados o investimento na proporção da participação da Sociedade no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas, quando existentes.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes Companhias:

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no
			capital social (%)
			31/12/2022
Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona")	Direto	Brasil	99,99
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	Brasil	100,00

A Companhia adquiriu suas Controladas indiretas: CBN em 28 de abril de 2021, CRA e CRC em 30 de abril de 2021. Desta forma, os saldos apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2021, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas.

2.3. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes.

Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio (*Goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

2.5. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

2.6. Segmentos operacionais

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia e de suas controladas.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota Explicativa nº 7).

2.8. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades das controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 9).

Os registros do contas a receber são realizados pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída Provisão Esperada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

2.9. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

2.10. Depósitos judiciais

Trata-se basicamente de depósitos judiciais realizados para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias na faixa de domínio, cujo objeto mais significativo são as áreas situadas na Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas, além de processos cíveis e trabalhistas.

2.11. Partes relacionadas

Na Controladora, o saldo de mútuos foi registrado, inicialmente, a valor justo, e mensurado, subsequentemente, ao custo amortizado, com prazo de realização superior a 12 (doze) meses e, consequentemente, classificado no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 25)

2.12. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

2.13. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada período/ exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.14. Intangível

2.14.1. Ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota Explicativa nº 11).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 (R1) – “Custos de empréstimos”.

2.15. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 12).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.17. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O Grupo constitui imposto de renda e contribuição social ativo do diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.19. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido (Nota Explicativa nº 19).

2.20. Reconhecimento da receita

As controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades e se baseiam suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – “Contratos de concessão”, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

2.21. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

- Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);

A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração estão relacionados a seguir:

a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

Anualmente, o Grupo testa eventual *impairment* de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* dos ativos não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 18.

c) Reconhecimento de margem de receita de construção

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é de 1%, as Controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A amortização do ativo intangível reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão para a Controlada CBN e, linearmente no caso das Controladoras CRC e CRA pelo prazo da concessão, em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura. A Administração reconhece que essas são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo de cada Controlada, limitado ao prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro, sendo essas estimativas também utilizadas pelas principais empresas do segmento.

Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão e com base na vida útil dos contratos, levando em consideração suas particularidades.

e) Provisão para passivos contingentes

A Companhia e suas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

4. Combinação de negócios na controlada

Aquisição da CBN, da CRA e da CRC pela controlada Verona

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Verona adquiriu o controle da CBN, da CRA e da CRC. Para contabilização da combinação de negócios relativa às aquisições de controle, a Verona optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios que estabelece que o adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição.

Em decorrência da combinação de negócios, a Companhia, em conjunto com empresa especializada contratada, realizou e concluiu a análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da CBN, da CRA e da CRC e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (*Purchase Price Allocation – PPA*).

A composição da contraprestação, alocação final do preço da aquisição, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos calculados e alocação do ágio, estão demonstrados a seguir:

	Valor contábil			Ajuste valor justo (PPA)			Valor justo		
	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA
Ativos	984.203	84.286	282.522	119.413	52.486	45.708	1.103.616	136.772	328.230
Ativos circulantes	46.522	11.171	24.387	-	-	-	46.522	11.171	24.387
Outros ativos não circulantes	69.544	11.705	32.052	-	-	-	69.544	11.705	32.052
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura (direito de concessão)	862.680	61.187	224.288	119.413	52.486	45.708	982.093	113.673	269.996
Outros	5.457	223	1.795	-	-	-	5.457	223	1.795
Passivos	(740.544)	(46.174)	(217.865)	-	-	-	(740.544)	(46.174)	(217.865)
Passivos circulantes	(91.902)	(5.086)	(21.050)	-	-	-	(91.902)	(5.086)	(21.050)
Passivos não circulantes	(648.642)	(41.088)	(196.815)	-	-	-	(648.642)	(41.088)	(196.815)
Total dos ativos identificáveis líquidos	243.659	38.112	64.657	119.413	52.486	45.708	363.072	90.598	110.365
Total da contraprestação							370.436	41.671	46.051
Ágio (goodwill)							7.363	-	-
Ganho por compra vantajosa							-	48.927	64.315

- (a) O valor de mais valia atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato, conforme Nota Explicativa nº 11;
- (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do *Purchase Price Allocation* (PPA), determinou-se o valor do *goodwill*; e
- (c) O ganho por compra vantajosa auferido nas aquisições de controle da CRA e da CRC (total de R\$ 113.241) se justifica pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pelos vendedores. O preço de aquisição foi definido em dezembro de 2019 e o fechamento da transação ocorreu em abril de 2021. No decorrer deste período, vários aspectos influenciaram na melhoria do valor justo dos ativos como o reperfilamento de dívidas, recuperação do crescimento de curva de tráfego etc.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas Controladas avaliam, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

5.2. Passivos financeiros

Classificação

A Companhia e suas Controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores.

Reconhecimento e mensuração

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

6. Gestão de risco financeiro

6.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas Controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e elevação da taxa de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia e suas Controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

A Companhia e suas Controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia e suas Controladas buscam preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia e suas Controladas acompanham a situação financeira de mercado continuamente e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia (Consolidado) em 31 de dezembro de 2022 (valores expressos em milhares de R\$):

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNB-CBN	TJLP + 4% a.a.	379	229	103	8
Desenhahia-CBN	TJLP + 3% a.a.	1.909	1.599	1.396	5.920
Desenhahia-CBN	TJLP + 3% a.a.	818	674	577	1.972
Desenhahia-CBN	CDI + 4%	2.189	1.249	625	122
Debêntures - CRC	IPCA + 7,87%	11.725	10.197	9.483	73.402
Debêntures - CRA	IPCA + 7,17% a.a.	22.886	20.261	19.589	158.129
Debêntures - Monte Rodovias	IPCA + 10,5% a.a.	13.658	12.308	11.770	41.736

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 01/2021) a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	7,2%	7,1%	6,2%	5,9%	5,8%	5,8%
CDI (*)	12,4%	13,5%	10,5%	9,3%	8,6%	8,6%
IPCA (*)	5,8%	6,3%	4,2%	3,5%	3,0%	3,0%

(*) Fonte: Itaú BBA Fev./2023.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP (*)	6,30%	7,88%	9,46%
CDI (*)	10,48%	13,10%	15,72%
IPCA (*)	4,29%	5,36%	6,43%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2022 a 2027 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	379	437	493
Desenbahia - CBN	2033	Alta da TJLP	818	954	1.088
Desenbahia - CBN	2034	Alta da TJLP	1.909	2.227	2.541

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Desenbahia - CBN	2026	Alta do CDI	2.189	2.602	3.004

(v) **Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA**

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debêntures - Monte Rod	2031	Alta do IPCA	13.658	15.114	16.587
Debêntures - CRA	2036	Alta do IPCA	22.886	26.471	29.623
Debêntures - CRC	2037	Alta do IPCA	11.725	13.401	15.037

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 31 de dezembro de 2022.

6.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas Controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	12	657.401	674.285
Debêntures	13	300.092	284.469
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7	(117.252)	(119.912)
(-) Fundos restritos	8	(19.811)	(37.912)
Dívida líquida		820.430	800.930
Total do patrimônio líquido		506.381	551.900
Total do capital próprio e de terceiros		1.326.811	1.352.829
Índice de alavancagem financeira - %		62%	59%

6.3. Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Consolidado	
		Mensurados ao custo amortizado	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	7	117.252	119.912
Fundos restritos	8	19.811	37.912
Contas a receber	9	14.610	13.415
Outros ativos		26	154
Total		151.699	171.393
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	12	657.401	674.285
Debêntures	13	300.092	284.469
Fornecedores		25.271	14.269
Arrendamentos	14	7.493	7.157
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	17	28.515	34.054
Total		1.018.798	1.014.234

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	6	18	9.520	15.424
Aplicações financeiras (a)	14.821	11	107.732	104.488
Total	14.827	29	117.252	119.912

(a) Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

As Controladas mantêm aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 19.811 (R\$ 37.912 em 31 de dezembro de 2021), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se aos montantes mantidos em contas bancárias, condicionados a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 13), e são remunerados pela variação do CDI (entre 98% e 99%).

9. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Meios de pagamentos eletrônicos	13.105	12.278
Vale-pedágio	284	405
Receitas acessórias	1.228	852
Outros	(7)	-
(-) Perda estimada para perda com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	(120)
Total	14.610	13.415

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Movimentação da PECLD	Consolidado
	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(120)
(-) Baixas	120
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

10. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Verona	592.039	622.249

(a) Informações acerca das investidas diretas:

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Verona	99,99%	622.249	(30.209)	592.040

	31/12/2022					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período
Verona	551.286.324	99,99	642.033	49.996	592.037	(30.212)

(b) Informações acerca das investidas indiretas:

	31/12/2022					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período
CRC	26.150.154	100	100.294	65.771	34.523	(1.774)
CRA	141.438.908	100	294.097	229.435	64.662	(5.091)
CBN	367.759.706	100	985.538	726.589	258.949	(8.201)

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Verona	100%	622.249	(30.209)	592.040

A Monte Rodovias, possui controle acionário direto na proporção 99,99% das ações da Verona, que por sua vez, possui igualmente controle acionário direto na proporção 100% das ações das concessionárias CBN, CRA e CRC.

11. Intangível

	Consolidado			
	31/12/2022			31/12/2021
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura				
Direito de concessão - mais valia	217.608	(14.461)	203.147	211.887
Edifícios e instalações	185.823	(45.102)	140.721	136.820
Direito de concessão de serviços públicos	433.685	(110.894)	322.791	337.587
Pavimentações	824.729	(312.476)	512.253	555.018
Hardware e equipamentos de pedágio	36.166	(17.371)	18.795	19.754
Desapropriações	53.882	(9.829)	44.053	46.064
Máquinas e equipamentos	4.311	(2.079)	2.232	7.074
Meio ambiente e elementos de segurança	47.011	(11.143)	35.868	38.698
Móveis e utensílios	13.495	(8.413)	5.081	207
Obras em andamento	67.725	-	67.725	16.948
Total	1.884.435	(531.768)	1.352.667	1.370.057
Outros intangíveis				
Softwares	3.947	(1.655)	2.292	2.069
Marcas e patentes	46	-	46	46
Adiantamento a fornecedores e outros	4.128	-	4.128	4.600
Total	8.121	(1.655)	6.466	6.715
Total	1.892.556	(533.423)	1.359.133	1.376.772

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação	Consolidado
	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.376.772
(+) Adições	61.741
(-) Baixas	(30)
(-) Amortizações	(77.134)
(+/-) Transferências	(2.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.359.133

12. Fornecedores

A Companhia se utiliza de operações com o FIDC para alongamento do prazo de pagamento de fornecedores, sendo doze meses, o prazo médio para o alongamento. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total de fornecedores é de R\$ 25.271 (R\$ 14.269 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$ 14.981 referem-se a títulos cedidos ao FIDC, reconhecidos a valor presente. O saldo de fornecedores portanto, tem sua flutuação aumentada devido a contratação dessas operações. Em dezembro de 2021, não havia saldo de fornecedores com títulos nesta modalidade, em função de quitação ocorrida em novembro do mesmo ano. Em 2022, essa operação está sendo recomposta, com estimativa de liquidação do saldo total até 31/12/2023. Os juros reconhecidos no período, foram obtidos a partir da aplicação da taxa CDI +9.

13. Empréstimos e financiamentos

Contratante	Instituição financeira	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
CBN (i)	BNB	2031	R\$	10% a.a.	240.435	243.996
CBN (ii)	BNB	2034	R\$	8,24% a.a.	182.085	184.152
CBN (iii)	BNB	2032	R\$	2,5% a.a.	169.157	171.811
CBN (iv)	BNB	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	4.177	5.426
CBN (v)	Desenbahia	2024	R\$	CDI+4% a.a.	15.964	19.223
CBN (vi)	Desenbahia	2031	R\$	10% a.a.	17.564	19.405
CBN (vii)	Desenbahia	2031	R\$	TJLP+3% a.a.	8.893	9.502
CBN (viii)	Desenbahia	2032	R\$	TJLP+3% a.a.	20.633	21.911
Custos de captação e estruturação			R\$		(1.507)	(1.140)
Total					657.401	674.285
Passivo circulante					38.567	16.917
Passivo não circulante					618.834	657.368

- (i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

- (iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;
- (v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses;
- (vi) Firmado pela CBN em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (vii) Firmado pela CBN em 15 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e
- (viii) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

a) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Garantias

- (i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa;

c) Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2022.

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285
(+) Juros incorridos	42.750
(-) Juros pagos	(43.368)
(-) Amortizações	(15.799)
(+/-) Custos da transação	(467)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	657.401

Em 31 de dezembro de 2022, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Prazos de vencimento	Consolidado
2023	42.234
2024	49.880
2025	51.627
2026	52.245
2027 em diante	422.848
Total	618.834

14. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					31/12/2022	31/12/2021
				IPCA + 10,5%		
Debêntures IPCA (i)	Monte Rodovias	2031	R\$	a.a	79.816	92.439
Debêntures CDI (ii)	CRC	2027	R\$	CDI + 3,95%	-	40.000
Debêntures IPCA (iii)	CRC	2037	R\$	IPCA + 7,87%	60.868	-
				IPCA + 7,17%		
Debêntures IPCA – 12431 (iv)	CRA	2036	R\$	a.a.	169.781	160.000
Custos de captação e estruturação					(10.374)	(7.970)
Total					300.092	284.468
Passivo circulante					4.526	3.131
Passivo não circulante					295.566	281.338

- (i) Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciárias da totalidade das ações da Emissora (“Companhia”) e da Verona, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora (“Companhia”) e da Verona e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações das controladas da Verona (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva);
- (ii) Em 24 de novembro de 2022, a CRC liquidou o saldo remanescente das debêntures emitidas em 02 de julho de 2021, em montante inicial de R\$40.000.
- (iii) Em 25 de outubro de 2022, a Companhia emitiu 60.000 debentures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1), perfazendo o valor total da emissão de R\$ 60.000. As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: (i) o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.”, celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão (“Primeira Emissão de Debêntures”); (ii) a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do “Programa de Exploração Rodoviária – PER”.

(iv) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora: (a) implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente; (b) reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão; e (c) reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no 13.2.1434.1.

As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são: (i) o penhor das ações de emissão da (“Companhia”), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A.; cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia; e (iv) conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2022.

- i) Na CRA o índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022.
- ii) Na CRC o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deverá ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2023.

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	92.439	284.469
(+) Captação	-	60.000
(+) Juros incorridos	7.571	36.779
(-) Juros pagos	(8.991)	(28.485)
(-) Amortizações	(11.203)	(51.204)
(+/-) Custos da transação	-	(1.466)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	79.816	300.092

Prazos de vencimento	Consolidado
2023	11.493
2024	19.542
2025	28.040
2026	33.615
2027 em diante	202.876
Total	295.566

15. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controladas, sendo 5,75% para a CRC, 6,0% para a CBN e 7,15% a.a. para a CRA.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a guinchos, varredeira, pipa, ambulância e veículos operacionais e administrativos.

Direito de uso (ativo)

Direito de uso Movimentação	Consolidado	
	31/12/2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		5.445
(+) Adições		9.910
(-) Amortizações		(3.868)
(-) Baixas		(4.710)
(-/+ Transferências		742
Saldo em 31 de dezembro de 2022		7.519

Arrendamento (passivo)

Arrendamento	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	3.240	1.554
Passivo não circulante	4.253	5.603
Total	7.493	7.157

Movimentação	Consolidado	
	31/12/2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		7.157
(+) Adições		9.910
(+) Apropriação de juros		872
(-) Baixas		(10.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		7.493

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 5,79% a.a. para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	Consolidado	
	31/12/2022	
Passivo de arrendamento		
Fluxo real		
Passivo de arrendamento		7.493
Despesa financeira		872
Fluxo inflacionado		
Passivo de arrendamento		7.596
Despesa financeira		884

A Companhia e suas controladas não possuem outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.

16. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	7.258	4.060
Trabalhistas	1.645	586
Tributárias	18	-
Outras	48	-
Total	8.969	4.646

Movimentação	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Outras
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.060	586	-	-
Adições	3.198	1.059	18	49
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	1.645	18	49

Em 31 de dezembro de 2022, as Controladas, tem ações envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 22.365 (R\$ 10.812 em 31 de dezembro de 2021).

17. Provisão para conserva especial

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresentava saldo de R\$ 4.401 no passivo circulante e R\$ 19.336 no passivo não circulante, totalizando R\$ 23.737 (R\$ 14.091 em 31 de dezembro de 2021), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

- (i) R\$ 18.017 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 12,3% a.a.;
- (ii) R\$ 103 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 14,2% a.a.; e
- (iii) R\$ 5.617 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 15,3% a.a.

18. Outras obrigações

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Cotas de FIDC a pagar (a)	9.089	18.134
Contribuição ao fundo sócio ambiental (b)	808	789
Outras obrigações (c)	8.118	4.631
Total	18.015	23.554

- (a) Obrigação referente à cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), adquiridas em 28 de dezembro de 2021. Em 26 de outubro de 2022 foram parcialmente liquidadas no montante de R\$ 9 milhões.
- (b) Contribuição ao fundo socioambiental: Fundo criado pela controlada CRC, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental; e
- (c) As demais obrigações, correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes.

19. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022, O Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2022	2021
	Consolidado	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	56.454	54.715
Diferenças temporárias	(10.139)	(15.941)
IR/CSLL diferido sobre ganho por compra vantajosa	(38.502)	(38.502)
Ativo diferido, líquido	7.815	272

As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2023	513	1.392	1.403	3.308
2024	850	1.974	870	3.694
2025	930	2.648	793	4.371
2026 em diante	936	25.596	18.549	45.081
Total	3.229	31.610	21.615	56.454

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2022		2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(45.516)	(52.347)	79.768	112.943
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	-	7.444	-	(4.909)
Subvenções do lucro da exploração	-	-	-	-
Adições/ exclusões permanentes	-	(842)	-	5.0198
Adições/ exclusões temporárias	-	85	-	(33.885)
Outras adições/exclusões	-	141	-	(1.602)
IR e CSLL corrente constituídos no exercício	-	(714)	-	(1.876)
IR e CSLL diferido constituídos no exercício	-	7.542	-	(30.118)
Total de IR e CSLL no resultado	-	6.828	-	(31.994)

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas legal e de lucros

- i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
- ii) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de reservas de lucros, que contempla a reserva de recompra de ações e de investimento, era R\$ 79.636. A reserva de recompra de ações e de investimento tem por finalidade a recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da própria Companhia ou de suas controladas, ou o financiamento da expansão das atividades da Companhia e/ou suas controladas e coligadas.

21. Receitas

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de pedágio	252.790	160.095
Demanda de risco	3.767	1.518
Receitas acessórias	6.770	3.989
Impostos e contribuição sobre serviços	(22.827)	(14.482)
Outras deduções	(2.863)	(18)
Receita líquida de serviços	237.637	151.102
Receita de construção	37.849	28.609
Receita líquida	275.486	179.711

22. Custos

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Custos de pessoal	(34.272)	(16.327)
Serviços de terceiros	(18.458)	(14.676)
Materiais, equipamentos e veículos	(4.599)	(3.207)
Gastos gerais	(5.066)	(6.416)
Provisão de conserva especial	(16.325)	(2.851)
Depreciação e amortização	(73.455)	(17.598)
Custos dos serviços prestados	(152.175)	(61.075)
Custos de construção	(37.472)	(28.324)
Total	(189.647)	(89.399)

- (a) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05.

23. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Despesas de pessoal	(23.529)	(12.608)
Serviços de terceiros	(11.655)	(16.808)
Materiais, equipamentos e veículos	(979)	-
Gastos gerais	(19.428)	(4.375)
Depreciação e amortização	(9.612)	(6.029)
Total	(65.203)	(39.820)

Os valores relativos as despesas gerais e administrativas para o exercício de 2021, representam o montante em oito meses, visto que o controle acionário das Concessionárias CBN, CRA e CRC pelo grupo Monte Rodovias, ocorreu em Abril de 2021, por tal motivo, percebe-se no quadro acima, variação relevante.

24. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Descontos obtidos	114	23
Rendimentos de aplicação financeira	13.311	3.227
Atualização monetária ativa	472	1.031
Outras receitas financeiras	1.827	298
Receitas financeiras	15.724	4.579
Juros de empréstimos e financiamentos	(42.750)	(33.022)
Juros de debentures	(36.778)	(13.636)
Juros de contratos de arrendamento	(872)	(71)
Outras despesas financeiras	(11.408)	(9.235)
Despesas financeiras	(90.808)	(55.964)
Resultado financeiro, líquido	(76.084)	(51.385)

25. Luco (prejuízo) por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(45.516)	(45.519)	79.768	79.768
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	472.264	472.264	322.208	322.208
Lucro (prejuízo) por ação - Em reais	(96,38)	(96,38)	247,57	247,57

26. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 20.712 decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a emissão de debêntures simples em 05 de outubro de 2022, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única para colocação privada, tendo como única debenturista a sua controlada Verona Holding e Participações Societárias S.A. Os recursos obtidos por meio da emissão das debêntures serão destinados aos pagamentos das obrigações da emissora, presente e futuras.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 5.608 (R\$ 4.859 em 31 de dezembro de 2021), referente à remuneração dos administradores.

27. Contratos

a) Contrato de concessão – CBN

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

b) Contrato de concessão – CRC

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

c) Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4, em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

Periodicamente, as Concessionárias avaliam a proposição de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, com o objetivo de remunerar, conforme as modalidades e mecanismos previstos em cada um dos contratos, os investimentos adicionais realizados no decorrer da execução contratual e que não estavam previstos originalmente nos respectivos planos de negócio, bem como compensar eventuais perdas decorrentes da materialização de eventos cujo risco não foi expressamente alocado à Concessionária.

28. Seguros

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro a seguir:

Modalidade	Riscos operacionais	Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil - D&O	Seguro garantia	Veículos
Vigência					
Monte Rodovias	-	-	Agosto de 2023	Maio de 2023	-
CBN	Dezembro de 2023	Dezembro de 2023	Agosto de 2023	Agosto de 2025	Setembro de 2023
CRC	Dezembro de 2023	Dezembro de 2023	Agosto de 2023	Agosto de 2025	Setembro de 2023
CRA	Dezembro de 2023	Dezembro de 2023	Agosto de 2023	Agosto de 2025	Setembro de 2023
Cobertura					
Monte Rodovias	-	-	40.000	18.608	-
CBN	250.000	40.000	40.000	43.946	110% tabela FIPE
CRC	100.000	40.000	40.000	4.286	1.000
CRA	135.000	40.000	20.000	41.012	1.000

29. Eventos subsequentes

Empréstimos e financiamentos – CBN

Em 26 de dezembro de 2022, foi assinado contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para capital de giro no montante de R\$10.000.

Em 30 de dezembro de 2022, foi assinado contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos no montante de R\$ 104.978.

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: **(i)** verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e **(ii)** o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário.

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliaram a decisão e não identificou efeito e possíveis impactos relevantes que, conseqüentemente, deveriam ser registrados e/ou relatados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Pleito de Reequilíbrio Tarifário

Em janeiro de 2023, o processo de revisão do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Concessionária Bahia Norte obteve avanço relevante. Após a consolidação pelo Poder Concedente e a análise jurídica e financeira de eventos que compõem o escopo do trabalho, resta tão somente a validação do cenário de recomposição mais adequado frente à realidade da Concessionária com a posterior validação e assinatura do Termo Aditivo ao Contrato. O processo de análise permanece em andamento até o presente momento.

* * *



Declaração da Diretoria

Nos termos das disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que a Diretoria da Monte Rodovias declara que (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 22 de março de 2023.

Julio Cezar Troiano Zogbi

Diretor Presidente

CPF nº 269.270.978-05

Fábio Bonini Tararam

Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

CPF nº 270.314.858-51

Monte Rodovias S.A.

Rua Pedroso Alvarenga, nº 691, conjunto 1.305, Edifício Time Office, Itaim Bibi, CEP 04531-011
São Paulo/SP – CNPJ/MF n.º 37.702.340/0001-74

Relatorio ADM 2022 Rev4 pdf

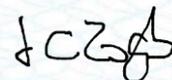
Código do documento af01c01e-182f-4a9a-a144-1fce2826d16d



Assinaturas



Julio Cezar Troiano Zogbi
julio.zogbi@montepartners.com
Assinou



Fabio Bonini Tararam
fabio.bonini@montepartners.com
Assinou



Eventos do documento

27 Mar 2023, 17:38:30

Documento af01c01e-182f-4a9a-a144-1fce2826d16d criado por MANUELA REGO DURAN (c2b4fb40-85b5-4017-a462-aa48039f58d5). Email: manuela.duran@monterodovias.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-27T17:38:30-03:00

27 Mar 2023, 17:39:38

Assinaturas iniciadas por MANUELA REGO DURAN (c2b4fb40-85b5-4017-a462-aa48039f58d5). Email: manuela.duran@monterodovias.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-27T17:39:38-03:00

27 Mar 2023, 17:47:25

FABIO BONINI TARARAM Assinou - Email: fabio.bonini@montepartners.com - IP: 177.103.19.107 (177-103-19-107.dsl.telesp.net.br porta: 2672) - Documento de identificação informado: 270.314.858-51 - DATE_ATOM: 2023-03-27T17:47:25-03:00

29 Mar 2023, 08:03:45

JULIO CEZAR TROIANO ZOGBI Assinou (f8d8dd19-7cb1-47a2-b546-a142109c4888) - Email: julio.zogbi@montepartners.com - IP: 187.90.202.131 (ip-187-90-202-131.user.vivozap.com.br porta: 24978) - Geolocalização: [-23.602830561014013](#) -[-46.67754241569647](#) - Documento de identificação informado: 269.270.978-05 - DATE_ATOM: 2023-03-29T08:03:45-03:00

Hash do documento original

(SHA256): f3a6e2d5f00e1af614c44248af476fc0881160a3bbf4d9dd326c35ae2eeb874f

(SHA512): b275dde722f5bfdac17e03aafae919a55a447e789dde526de64ff6f7be9c07e03d96d9081349a1e1323ba7b66ddd4bd00819ef13ea5cb2905432a2313292f5f4

Esse log pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign